

## Guerra, técnica, eficácia e moral: reflexões de Stockdale sobre a Guerra do Vietnã e os conflitos bélicos do século XX

Aldo Lopes Dinucci\*

**Resumo:** Muitos fatores, tais como qualidade e quantidade do contingente de tropas, armamentos, estratégia, justificativa moral, concorrem para a vitória na guerra. Qual desses fatores, porém, é o decisivo? A superioridade da tecnologia dos armamentos basta para garantir uma vitória? É o fator moral, em face disso, menos importante para o resultado de uma guerra? São essas questões que avaliaremos com o auxílio das reflexões de Stockdale sobre a Guerra do Vietnã.

**Palavras-chave:** política internacional, moral, guerra, tecnologia.

**Abstract:** Many factors, as quality and quantity of the troops, armament, strategy, moral justification, contribute to the victory in war. However, which of those factors is decisive? The superiority of the technology of the armaments is enough to guarantee a victory? Is the moral factor, for this reason, less important for the outcome of a war? These are the questions which we will evaluate with the aid of Stockdale's reflections about Vietnam War.

**Key-words:** international policy, moral, war, technology

---

\* Doutor em Filosofia Clássica também pela PUC-RJ (2002). Atualmente é professor na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Faz pesquisas na área de Filosofia Clássica e Helenística.



J. B. Stockdale

### Introdução

No dia 9 de agosto de 48 a.C. ocorria em Farsália a célebre batalha de mesmo nome. Tratava-se, como se sabe, do combate entre o exército organizado pelos senadores liderados por Pompeu e o exército de Júlio César. No total, César dispunha de 31400 homens, sendo que, desses, 23000 eram legionários, além de 400 cavaleiros e 7000 aliados. Pompeu, por sua vez, contava com 50000 legionários e 9200 aliados<sup>1</sup>.

Vistos os exércitos dessa maneira, parece clara a superioridade de Pompeu. Porém isso só aparece assim sob o prisma da quantidade, pois, qualitativamente, César dispunha de ampla vantagem. A começar pela cavalaria: enquanto César dispunha de tão somente 400 cavaleiros, esses eram experientes, ao contrário dos inexperientes 7000 ginetes de Pompeu. A diferença se agravava quanto aos legionários. Os de César haviam atuado

nas Gálias, ao contrário dos de Pompeu, em sua maioria rapazes das classes altas de Roma, via de regra ignorantes quanto à realidade da guerra.

No que tange ao moral das tropas, César começou em vantagem. Vindo das Gálias e fazendo-se ver como injustiçado e perseguido pela classe senatorial, ajuntou aliados e mais aliados em seu caminho. Pompeu e os senadores, por outro lado, tomaram a decisão de abandonar Roma e se mover para a Grécia, o que foi visto como uma confissão de medo e fraqueza. A tal ponto o moral do exército de César era superior que, embora reduzidos em número, na maior parte do tempo César se limitou a perseguir Pompeu.

Assim, César dispunha de tropas de maior qualidade, do moral elevado de suas tropas, bem como de uma justificativa moral para lançar-se sobre Pompeu e os senadores, como o próprio César deixa bem claro em sua *Guerra Civil*:

[...] César profere um discurso perante a tropa. Traz-lhe à memória as injustiças que os inimigos lhe fizeram ao longo do tempo; queixa-se de que eles, por inveja e desejo de denegrir sua honra, tenham influenciado e desencaminhado Pompeu, a quem sempre favoreceu e ajudou na conquista de honras e dignidades. (I, 7, 1)

Acrescentando ainda o fato de que César era um gênio na condução de exércitos, sua fácil, arrasadora e definitiva vitória em Farsália não parece absolutamente espantosa diante da disparidade numérica, mas uma consequência necessária da situação como um todo.

Podemos dizer que a vitória num conflito bélico depende de vários fatores, entre os quais podemos enumerar: (1) Justificativa moral para o

<sup>1</sup> Seguimos aqui a interpretação e os números conjecturados por José Maia Lago (2005) sobre a célebre batalha. Há alguma divergência entre os historiadores quanto a esses números, porém a enorme superioridade numérica do exército de Pompeu e a qualidade superior do exército de César são pontos pacíficos

conflito; (2) o moral das tropas; (3) a qualidade das tropas; (4) a quantidade das tropas; (5) tática e estratégia; (6) tecnologia dos armamentos.

A justificativa moral é aquilo pelo que se diz que a guerra é feita; o moral das tropas depende, em parte, da justificativa moral, pois uma guerra injustificável e obviamente injusta não colabora para um elevado moral dos soldados (concorre antes para o seu contrário), e, em parte, da capacidade de liderança do comandante das operações. A qualidade e a quantidade das tropas são evidentemente pontos a serem considerados, além da tática e da estratégia (propostas pelo comandante das operações) e da tecnologia dos armamentos empregados.

A partir desse exemplo da Antiguidade, a questão que quero fazer é a seguinte: qual é o peso de cada um desses fatores num conflito bélico da atualidade? No caso da guerra civil romana, havia evidentemente um empate no que se refere à tecnologia dos armamentos. Nos outros itens, com exceção da quantidade, César levava ampla vantagem, o que eventualmente determinou o resultado do conflito. Mas e quanto a um conflito tal nos dias atuais? No mundo da técnica e da tecnologia em que vivemos parece que o item “tecnologia dos armamentos” é decisivo, não cabendo aos demais itens senão um papel secundário. É sobre isso que discutiremos no presente trabalho com o auxílio das reflexões de Stockdale sobre essa questão em relação à Guerra do Vietnã, reflexões que poderemos estender a outras guerras da atualidade.

### **A guerra do Vietnã**

A guerra do Vietnã, que ocorreu entre 1959 e 1975, foi travada no Vietnã do Norte, no Vietnã do Sul, no Laos e no

Camboja. Tratava-se, em última análise, de uma das consequências da Guerra Fria, visto o Vietnã do Norte, liderado por Ho Chi Minh, ser comunista e pró-URSS e o Vietnã do Sul uma ditadura capitalista pró-USA. A guerra parecia a princípio fácil de ser vencida pelos EUA, dada a imensa superioridade da tecnologia das armas norte-americanas. Entretanto, pouco a pouco ficou evidente que tal não era o suficiente para se alcançar a vitória. Em 1968, os vietcongues (como eram chamados os guerreiros norte-vietnamitas) invadiram Saigon, iniciando-se o período mais violento da guerra. Porém, a partir de 1970, uma reação política ao conflito começou a ocorrer nos EUA: passeatas de protesto se disseminavam pedindo o fim da guerra. Um cessar-fogo foi assinado em 1973 (o chamado “Acordo de Paris”). As tropas norte-americanas se retiraram em 1975, e o Vietnã foi reunificado pelos comunistas – o que significou a maior derrota militar norte-americana em todos os tempos.

Mas como pode isso ocorrer? Como puderam os EUA, vencedores da Segunda Guerra Mundial, tendo, junto com os aliados, subjugado o terrível e poderoso exército nazista, sofrerem tamanha derrota diante de um inimigo aparentemente bem mais fraco?

Essa história, para Stockdale, começou, na verdade, algumas décadas antes nos EUA. Em primeiro lugar, no que se refere ao tipo de líderes que foram surgindo no cenário a partir da década de 1960. Stockdale (1995, p. 32-34) retoma conceitos criados pelo psicanalista Michael Maccoby em seu livro *The Gamesman*, um estudo sobre o impacto das novas tecnologias nas sociedades contemporâneas. Nesse trabalho, Maccoby distingue quatro tipos de liderança que consecutivamente se destacaram nos EUA. Em primeiro

lugar, o *craftsman*, o artesão, que ocupou o cenário a partir da Guerra Civil: representam esse tipo de líder homens inventivos, resolutos, sinceros, embora absolutamente obstinados, desconfiados e nada esperando da parte de ninguém (por exemplo: Benjamin Franklin). Essa espécie de liderança foi sucedida pelo *jungle fighter*, o lutador da selva, representado por homens que apostam tudo para conseguir o que querem (por exemplo: Andrew Carnegie, Henry Ford), são profissionalmente agressivos, sinceros e não se preocupam com o que outros pensam sobre si. Após a Primeira Guerra, com o advento das agências de relações públicas, um novo perfil de líder se impõe, o *company man*, o empresário ou homem de empresa: semelhante aos burocratas governamentais, é bem menos agressivo que o anterior. Líderes desse tipo são autoritários, embora movidos pelo medo de fracassar: são homens de consciência, honestos e cautelosos. A partir dos anos 60, porém, entra em cena o *gamesman*, o jogador. Para a mentalidade desse tipo de líder, o mundo humano é tão somente um grande tabuleiro, no qual jogos acontecem, cabendo a ele tomar sua posição na partida. Líderes tais são objetivos e cerebrais, princípios morais são considerados por eles desnecessários e ineficientes. Sendo intelectuais frios e visando tão somente a eficácia em suas ações, desenvolveram um novo modo de abordagem das questões de relevo da sociedade: são escorregadios, omissos ou dúbios em suas declarações sobre temas polêmicos. São os “caras legais”, evasivos e emocionalmente neutros, que, no entanto, têm problemas para lidar com a realidade, na medida em que a evitam a todo custo. São aqueles que sempre falam sobre, mas jamais dizem

o que pensam, evitando temas espinhosos, que, em razão da mesma eficiência, estão sempre de olho na opinião da maioria e sempre prontos a adulá-la. São exatamente homens assim que, reflete Stockdale (1995, p. 34), deram início à guerra do Vietnã.

### **A resolução do Golfo de Tonkin, MacNamara e eficiência**

Durante o governo do presidente norte-americano Lyndon Johnson<sup>2</sup>, a Resolução do Sudeste da Ásia, também conhecida como Resolução do Golfo de Tonkin, foi aprovada<sup>3</sup> pelo congresso norte-americano, dando a Johnson autorização para o uso de forças militares.

O pretexto para a assinatura dessa resolução foi o suposto Incidente do Golfo de Tonkin. No dia 2 de agosto de 1964, o destróier USS Maddox, que havia sido realmente atacado dois dias antes por três lanchas torpedeiras norte-vietnamitas, informou estar sofrendo novo ataque. Uma esquadilha norte-americana foi lançada para interceptar os agressores, que nunca foram de fato avistados.

O secretário de defesa era então Robert McNamara, que ocupou tal cargo entre 1961 e 1968, vindo a ser depois presidente do Banco Mundial até 1981. Gênio do mundo empresarial, entrou para a Ford em 1946, tornando-se presidente da mesma em 1960. Foi convidado por Kennedy para o secretariado de defesa dos EUA participando ativamente da política anticomunista do mesmo.

Stockdale foi testemunha ocular da história. Como piloto da marinha norte-americana, participou da esquadilha de caças que saiu em busca dos supostos

<sup>2</sup> Que assumiu o cargo após a morte de Kennedy em novembro de 1963.

<sup>3</sup> Em 10 de agosto de 1964.



agressores do destróier, bem como comandou o primeiro bombardeio ao Vietnã, consequência quase que imediata da resolução de Tonkin. Tal resolução, como se sabe e como Stockdale várias vezes denunciou, só se tornou possível por uma mentira de Johnson e Macnamara. Foram esses que forjaram a notícia do ataque dos vietnamitas ao USS Maddox e, com base nesse incidente inexistente, iniciaram a guerra. Como jogadores, Johnson e MacNamara não tiveram quaisquer escrúpulos para fazer tal coisa. O objetivo era deflagrar uma guerra rápida para fortalecer Johnson em sua campanha eleitoral à presidência, amparando o conflito no generalizado horror norte-americano ao comunismo.

O suposto ataque norte-vietnamita, que jamais ocorreu, mas que deu início à Guerra do Vietnã, foi chamado pela imprensa da época de “a batalha fantasma”. MacNamara, no dia em que a resolução de Tonkin foi assinada, deliberadamente mentiu<sup>4</sup> no congresso norte-americano para convencer os senadores e deputados a votar a favor da resolução afirmando a realidade da escaramuça inexistente:

Na verdade – diz-nos Stockdale– o “jogo” no golfo de Tonkin foi iniciado pela elite americana da teoria do jogo como um exemplo de ardilosa manobra político-militar. Essa turma da teoria do jogo é composta por pessoas que pensam que podem manipular os adversários por meio de estratégias inteligentes e blefes [...] Mas as mais profundas decisões humanas não se baseiam

<sup>4</sup> Cf. Quanto a isso e demais temas relacionados ao incidente e à resolução de Tonkin, cf. Andrade, David, Kenneth Conboy (1999) e reportagens do New York Times apontadas nas Referências Bibliográficas.

em auto-engano, racionalização ou esperteza. Tais decisões têm suas raízes nos melhores elementos dos seres humanos e suas nações. Assim como a decisão de apoiar o que é digno de nós e de assim viver de modo que a nossa consciência moral não seja ofendida. (STOCKDALE, 1995, p. 55)

Stockdale vê a guerra do Vietnã e seus desdobramentos como consequências dos atos dessas lideranças amorais dos jogadores. Por um lado, Johnson e MacNamara forjando fatos e provocando uma guerra em nome de uma reeleição, por outro, os congressistas, também visando à reeleição, ao mesmo tempo não querendo ofender a opinião pública e não querendo sujar suas mãos tomando responsabilidade sobre o conflito iminente, dando carta branca a Johnson para conduzir uma guerra moralmente injustificável. Para Stockdale, uma tal declaração de guerra não poderia ocorrer sem o comprometimento de toda a nação. Sendo, como ele afirma diversas vezes citando Clausewitz<sup>5</sup>, um empreendimento arriscado, brutal e cruel, a guerra não pode ocorrer sem justificativa moral e sem o assentimento da sociedade como um todo (1995, p. 76). Sem isso, reflete Stockdale, os soldados eles mesmos ficam desmoralizados, além de não contarem com o apoio de seus concidadãos. E o fator moral – essa a tese central que Stockdale sustenta – é, ao contrário do que pensam os *gamesmen*, de fundamental importância para o sucesso dos empreendimentos humanos.

<sup>5</sup> Carl von Clausewitz, que viveu entre 1 de Junho de 1780 e 16 de Novembro de 1831 e participou da batalha de Waterloo, foi um general e estrategista militar prussiano. Escreveu a obra *Von Kriege (Da Guerra)*, publicada postumamente. Clausewitz realiza em tal obra uma reflexão filosófica sobre a guerra e a paz.

Stockdale, argumentando que a guerra do Vietnã devastou pelo menos duas gerações de norte-americanos (1995, p. 86), desenvolve suas críticas quanto à ideologia de MacNamara aplicada aos conflitos bélicos. MacNamara, como homem de negócios, estava habituado a rígidos planejamentos, e desenvolveu modelos para a condução da guerra do Vietnã. Mas Macnamara ignorava, argumenta Stockdale (1995, p. 87), a natureza fluida e imprevisível de um conflito bélico, que exige maleabilidade e espontaneidade de ação. Com propósitos eleitoreiros, MacNamara concebeu um modelo que teoricamente permitiria aos EUA uma vitória rápida sobre os vietnamitas. A guerra se iniciou três anos antes das eleições presidenciais, e MacNamara alocou um enorme contingente de tropas no sudoeste<sup>6</sup> da Ásia visando à vitória antes das eleições. Porém, com o passar do tempo ficou evidente que tal não ocorreria, e MacNamara, também por uma questão de conveniência política, colocou a guerra literalmente em banho-maria:

A guerra do Vietnã – diz-nos Stockdale– foi [...] um absoluto desastre. Mas os que a planejaram não tiveram que ir para a prisão. Eles não precisaram sequer lutar. Eles sequer sabiam como lutar. Eles sabiam apenas como [...] enviar tropas para o exterior de modo a satisfazer [...] o comando das autoridades estabelecidas [...] No princípio da guerra Robert MacNamara disse: “A maior contribuição que a guerra do Vietnã nos está dando é desenvolver a habilidade dos EUA para lutar uma guerra limitada sem a necessidade de provocar a ira pública”.

<sup>6</sup> Segundo Stockdale (1995, p. 88), em agosto de 1966 havia cerca de 300 mil soldados americanos na região, muitos das quais sequer podiam ser acionados por questões de logística.

(STOCKDALE, 1995, p. 90)

Stockdale afirma que tal posição de MacNamara, que implica o envio de uma geração de jovens para a guerra para que esses jovens dêem suas vidas em nome de interesses inconfessáveis e sem o apoio dos cidadãos, é algo absolutamente incompatível com a própria idéia de democracia (STOCKDALE, 1995, p. 90) e que, para o caso extremo de lançar uma nação à guerra, é absolutamente necessária tanto uma justificativa moral quanto o comprometimento da própria nação:

O governo norte-americano tentou fazer algo que os pais da nação sabiam que jamais iria funcionar: enviar [...] tropas para a guerra sem um sólido consenso de apoio público [...] Ross Perot [...] diz: “Se aprendemos algo com a Guerra do Vietnã, é que não se compromete homens com o campo de batalha a menos que se tenha comprometido o povo norte-americano antes. Homens morreram tanto no Vietnã quanto na [...] Normandia. Primeiro comprometa a nação, depois as tropas”. Fred Weyland, general de combate no Vietnã e ex-chefe de pessoal do Exército dos EUA, diz: “Quando o exército está envolvido, o povo norte-americano está envolvido, e quando o povo norte-americano perde seu envolvimento é inútil tentar manter as tropas envolvidas. (STOCKDALE, 1995, p.95-6)

Stockdale relembra (1995, p.95-6) que os fundadores da República dos EUA colocaram entre os princípios da nação a obrigação do congresso de se envolver e determinar o rumo de tais assuntos, pois ninguém, nem mesmo o presidente dos EUA tem o direito de levar o país à guerra. A Segunda Grande Guerra, observa ainda Stockdale, foi a última em que tal preceito constitucional foi obedecido, a partir daí, o uso de

eufemismos, bem como a interessada passividade do congresso americano concorreram para a deflagração de conflitos bélicos a partir somente da presidência norte-americana. O subterfúgio é sempre o seguinte: a constituição norte-americana afirma que guerras só podem ser feitas com a aprovação do congresso, mas conflitos localizados, “expedições de pacificação”, “expedições em prol da liberdade” não são guerras; logo, a presidência pode se encarregar desses assuntos sem a aprovação do congresso. O expediente é obviamente uma mentira, um sofisma (mais precisamente um eufemismo), mas tem servido para legitimar o uso de forças militares fora do território americano há décadas:

Penso – diz-nos Stockdale – que é justo dizer que, desde a Segunda Guerra Mundial e a subsequente descontinuidade em se fazer declarações de guerra, as coisas não vão bem. E estamos todos cansados dessas discussões sobre o que é uma guerra e o que é uma campanha prolongada [...] Penso que essas expedições devam ou ser declaradas ou não empreendidas de modo algum. (STOCKDALE, 1995, p. 96)

E mais adiante:

Naqueles anos [da guerra do Vietnã], e talvez agora em alguns setores do governo norte-americano, as idéias de “declaração de guerra” e “mobilização” pareciam trazer com elas a idéia de aprovação moral do projeto – enquanto o esforço de guerra não declarado, especialmente nem mesmo “merecendo” mobilização nacional, fosse menos oficial, menos real, exigindo menos a nossa simpatia interna (como se fosse má notícia quando cinquenta mil soldados morressem num esforço de guerra nacional, enquanto

quando cinquenta mil soldados morressem numa “ação policial” não declarada, isso significasse apenas “baixas”). (STOCKDALE, 1995, p. 99)

Após argumentar que um esforço de guerra não pode ocorrer sem uma justificativa moral e o envolvimento da nação como um todo apoiando seus soldados, o que significa dizer que a mera superioridade técnica e tecnológica não é um fator que determine a vitória num conflito bélico, Stockdale observa que a alta tecnologia não exclui também a necessidade da excelência das tropas, sobretudo no que se refere à coragem. Pelo contrário, armamentos sofisticados exigem ainda mais dos soldados, como por exemplo, os caças supersônicos, que supõem em seus pilotos uma série de qualidades extraordinárias. E, no que se refere à força moral, ela é fundamental para a vitória em qualquer tipo de conflito (STOCKDALE, 1995, p. 105). Citando Napoleão, que disse que “Na guerra a moral está para o físico na relação de três” e, em seguida, Clausewitz, que disse, em sua obra *Sobre a Guerra*, que “Não apenas a perda de homens, cavalos e armas, mas ordem, coragem, confiança, coesão e plano devem ser considerados quando se quer julgar se um conflito deve ser estendido ou não” (apud STOCKDALE, 1995, p.117), Stockdale afirma que as forças morais (coragem, confiança, etc.) dependem da crença das tropas na integridade moral dos líderes:

Integridade – diz-nos Stockdale-- é uma palavra poderosa derivada de um conceito específico. Ela descreve uma pessoa que está integrada, unida ao todo, opondo-se à pessoa de muitas partes, muitas faces, muitas incoerências. A palavra se relaciona à antiga distinção entre viver e viver bem. Contrariamente ao pensamento

popular, uma pessoa íntegra é tipicamente calma e de bom humor. Ela conhece a si mesma, reflete um definido e consistente conjunto de preferências e aspirações, e assim é digna de confiança. (STOCKDALE, 1995, p. 117)

Nesse contexto, observando que a “moral abarca a guerra e seus preparativos”, Stockdale cita mais uma vez Clausewitz:

Se tivermos uma visão abrangente dos quatro componentes da atmosfera na qual a guerra ocorre (perigo, esforço físico, incerteza e acaso), é fácil compreender que uma grande força moral é necessária para avançar com segurança e sucesso nesse confuso elemento, uma força descrita como energia, firmeza, perseverança, força mental e caráter (Apud STOCKDALE, 1995, p. 117)

Stockdale discutiu essas questões publicamente em conferências através dos EUA e em livros entre os anos de 1980 e 1994, tendo ficado sete anos e meio como prisioneiro de guerra no Vietnã depois de seu caça ter sido abatido em missão de combate em 9 de setembro de 1965. Os conflitos bélicos do século vinte e os do início do século vinte e um parecem confirmar suas reflexões sobre a relação entre técnica, eficácia e moral e a guerra. Os fatos demonstram que a mera superioridade tecnológica, por mais esmagadora que pareça a princípio, não basta para se atingir a vitória num conflito armado. Isso porque em algum momento nesses conflitos o fator humano entra em cena de modo determinante. Essas guerras não são meros jogos, ao contrário do que pensam os *gamesmen*. Diferentemente dos jogos de computador, não se trata de mero conflito fictício entre representações de armas e de soldados, mas pessoas reais

estão envolvidas. E quando pessoas reais estão envolvidas, as forças morais tomam invariavelmente o papel preponderante. Os homens instintivamente seguem aquilo que lhes parece mais justo, e guerras que são deflagradas por mentiras e sem o apoio popular estão destinadas ao fracasso, pois os soldados percebem a falta de sentido moral do conflito e perdem o moral. Assim foi no Vietnã, onde os EUA foram derrotados tendo usado todo tipo de armas avançadas contra os norte-vietnamitas, excetuando o armamento nuclear. Assim também ocorreu no Afeganistão, quando os soviéticos, sem qualquer justificativa moral convincente, invadiram o país com enorme superioridade tecnológica e foram derrotados pelos guerrilheiros mujahedin, que tinham ao seu favor a óbvia justificativa moral de estarem lutando pela liberdade de seu próprio país, situação que se repete agora diante dos invasores norte-americanos. E também na guerra dos EUA contra o Iraque, que foi deflagrada por Bush com falsas denúncias de posse de armamento químico e de acobertamento de atividades terroristas por parte do governo iraquiano, guerra que vem sendo chamada de o “Segundo Vietnã dos EUA”, e que, como a guerra do Vietnã, vem se arrastando de modo sangrento diante de uma resistência incessante e crescente dos iraquianos que, como os guerreiros mujahedin, têm a seu favor o fato de estarem sendo vitimados por uma guerra injusta (uma vez que as denúncias dos EUA contra o Iraque se revelaram todas falsas) e de estarem lutando pelo direito de se autodeterminarem política, econômica e socialmente, direito garantido pela Carta dos Direitos Humanos.



## Referências

ANDRADE, DAVID, KENNETH CONBOY.  
The Secret Side of The Tonkin Gulf Incident.  
Naval History, no. 36, p. 23-45, 1999.

CÉSAR. A Guerra Civil. Trad. Antonio da  
Silveira Mendonça. São Paulo: Estação  
Liberdade. 1999.

Excerpts from McNamara's Testimony on  
Tonkin. The New York Times, New York, p. 8,  
25 fev. 1968.

Gulf of Tonkin Measure Voted In Haste and  
Confusion in 1964. The New York Times, New  
York, p. 78, 25 jun. 1970.

LAGO, J. I. Las Legiones de Julia Cesar.  
Madrid: Editorial Almena, 2004.

STOCKDALE, J. B. Thoughts of a  
Philosophical Fighter Pilot. California: Hoover  
Press, 1995.